

## MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO E A QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL METROPOLITANO CONTEMPORÂNEO.

Catia Antonia da Silva - FFP-UERJ<sup>1</sup>  
Igor Jardim de Oliveira Pereira - FFP-UERJ<sup>2</sup>

### INTRODUÇÃO

É grande a implementação de políticas de qualificação profissional no Brasil urbano. Estas políticas advêm de duas grandes discussões: uma se refere às tendências pós-fordistas que se baseiam na reestruturação produtiva ligada às mudanças tecnológicas (robótica, informatização) e na reorganização técnica da produção e do estoque das mercadorias (*just in time*, *kanban*, controle de qualidade, etc). Neste caso, tem sido hegemônico no país o argumento de necessidade de renovação da estrutura técnica no quadro empresarial e da mão de obra, ou seja, a inserção na nova lógica da economia global. A segunda discussão se refere à que tem como tema o trabalhador, onde a qualificação profissional é necessidade, porque dentro da dinâmica internacional os trabalhadores brasileiros estariam aquém do grau de modernização tecnológica. Este segundo campo discursivo, em geral, relaciona a problemática da qualificação profissional à questão da empregabilidade, isto é, num contexto econômico em que as leis trabalhistas não garantem mais a estabilidade do trabalhador, este deverá estar apto às exigências do mercado, qualificando-se. Este tema trabalharemos na segunda parte do nosso texto no contexto das áreas metropolitanas brasileiras.

### TRABALHO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA NO BRASIL URBANO

Segundo Ramalho, (1996) a reestruturação produtiva no Brasil se articula com a economia internacional, seguindo a imposição ideológica do chamado “Modelo Japonês” e do modelo americano (que propõem a eficácia e desempenho como umas das diretrizes das novas formas de gestão e produção).

No Brasil, a difusão do paradigma pós-fordista ocorre, simultaneamente, ao abandono gradativo do modelo de desenvolvimento baseado nas Políticas de Substituição e do modelo Desenvolvimentista, engendrado pelos governos militares. O abandono desses modelos dá início, a partir dos anos 80, às políticas de “ajuste” associadas à abertura dos mercados, ao estímulo das exportações (em contexto de crise e recessão) e ao controle da inflação. Esta política iniciada no governo Collor e consolidada no Governo Fernando Henrique, engendra forte crise para a indústria nacional. A economia nacional cresce cada vez mais em ritmos lentos, agravando problemas tradicionais como: desemprego, concentração de renda, deficiência dos sistemas educacionais etc.(Pochmann, 1998).

A reestruturação produtiva no Brasil nos moldes pós-fordistas vai ocorrer de forma distinta à dos países centrais. A reestruturação produtiva é heterogênea entre setores e entre empresas. A modernização nos setores primário, secundário e terciário é resultado de ações isoladas e as inovações tecnológicas ocorrem primeiro nos setores mais internacionalizados da indústria (com métodos e técnicas japonesas).

A reestruturação, em geral, tem levado a redução do número de empregos na indústria. Um exemplo deste processo é analisado por Pochmann (1998), no que se refere ao setor da indústria de transformação, conforme veremos a seguir.

---

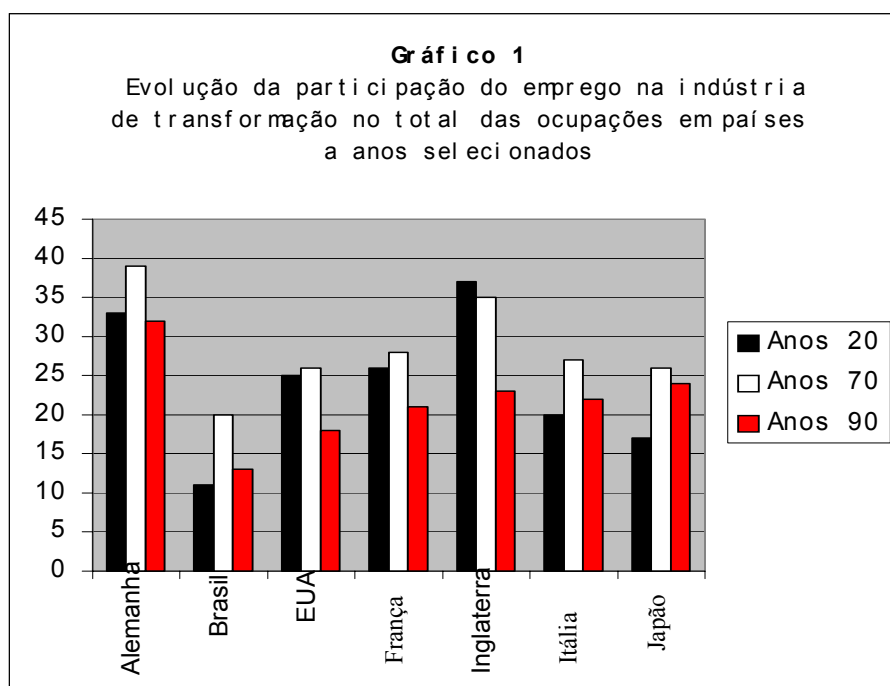
<sup>1</sup> Professora Assistente do Departamento de Geografia da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ e Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

<sup>2</sup> Bolsista do Programa de Iniciação à Docência do Departamento de Geografia da FFP / UERJ.

## Reestruturação produtiva e ocupações profissionais no Brasil

Segundo o citado autor a não existência de um setor expressivo de manufaturas dificulta o fortalecimento dos serviços modernos, especialmente aqueles vinculados ao novo padrão técnico-produtivo. A ausência de uma industrialização plenamente desenvolvida não permite que no setor terciário formal se generalize, por exemplo, as ocupações profissionais superiores e mais qualificadas.

Fonte: POCHMANN, Márcio – Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil, Campinas: UNICAMP, 1998.



Pochmann (1998) realiza uma comparação das ocupações no setor industrial nas economias avançadas e no Brasil num período longo (1920-1970-1990) e observa que em geral entre os anos 20 e os anos 70 houve acentuado crescimento do número de ocupações, no contexto de implementação da industrialização fundamentada no paradigma fordista, tendo elevada participação de trabalhadores principalmente na Inglaterra e Alemanha. Comparando os anos 70-90, quando já presente a crise do capitalismo e a crise do modelo fordista, numa transição para o paradigma pós-fordista, onde, de um lado, a presença das inovações tecnológicas e das novas formas de organização da empresa buscando novas formas de auferir o lucro engendram o desemprego estrutural e, por outro lado, os impulsos globais da fragmentação da planta fabril, onde partes da indústria deslocam-se para outros países, contribuem para a redução do número de empregos. Segundo o gráfico 1, o processo de redução de emprego é mais grave no Brasil devido às características da história de sua industrialização periférica pouco consolidada e ao contexto atual da frágil economia nacional diante das políticas neoliberais e dos processos da economia mundo.

No passado recente, fins dos anos 70 e início dos anos 80, também foram implementadas novas tecnologias de base microeletrônica nos setores de transformação. Naquele período, o predomínio dos pressupostos de difusão do uso de máquinas-ferramenta com controle numérico (CNC) e de robôs pelas empresas brasileiras assim como as mudanças organizativas (sistemas CAD/CAM, *just-in-time*) e a generalização dos círculos de controle de qualidade (CCQ), dos grupos semi-autônomos e do *kanban* representariam um passo adicional na ampla adoção da experiência japonesa de gestão da produção e de organização do trabalho. Segundo, os anos 80, diante do processo inflacionário, da estagnação da renda e redução dos investimentos, tornou-se notável que as possibilidades de modernização do parque produtivo nacional estavam distantes da realidade internacional. Não se conseguiu implementar a automação industrial generalizando o uso de robôs, nem os novos modelos de gestão da produção e de organização de trabalho. A utilização de novas tecnologias ficou concentrada em poucas empresas, sobretudo nas grandes e internacionalizadas (Pochmann, 1998).

Os anos 90 parecem cada vez mais apontar para uma década perdida, diante do crescente desemprego, da contínua concentração de renda, do aumento do endividamento interno e externo além da ausência de desenvolvimento e de baixo crescimento econômico, reduzindo-se, cada vez mais, o patamar dos

investimentos. Por conta disso, a incapacidade de geração de novos empregos e o avanço das ocupações precárias inviabilizam a simples associação com as exigências de maior qualificação profissional impostas pelo novo paradigma técnico-produtivo. No que se refere aos grupos ocupacionais que mais melhoraram a sua posição relativa no total da ocupação foram aqueles associados aos serviços básicos, ao comércio e à agropecuária (Pochmann, 1998).

A redução de trabalhadores no chão da fábrica não foi contrabalançada pelo aumento do peso dos profissionais de nível superior. Nos anos 90, o país perdeu 1,8 milhões de empregos no setor industrial e aumentou em apenas 7 mil as vagas nas ocupações superiores.

### **Reestruturação produtiva e trabalho urbano no Brasil**

Voltando um pouco para o contexto geral da reestruturação produtiva e sua relação com o trabalhador, considerar-se que neste contexto de modernização as negociações dos trabalhadores e sindicatos sofrem ações inibidoras realizadas por empresários: demissões dos ativistas, proibição de acesso às fábricas e até de não admissão de sindicalizados, construindo um processo de “*Just-in-time taylorizado*” conforme denomina Ramalho (1996), trata-se do reconhecimento da intenção de materialização de uma rígida divisão do trabalho, da qual a precisão individual de tarefas, a não autonomia dos operários na definição dos métodos de trabalho e a não exigência de envolvimento na alocação das atividades ao longo da jornada de trabalho são características.

Ramalho apresenta alguns resultados dessas mudanças(reestruturação) no país. Dentre os resultados destaca-se:

- Redução do nível de emprego formal, principalmente, nos setores automotivo e de peças ;
- Grande mobilidade de mão-de-obra, crescimento da participação do trabalho informal, redução dos salários reais na maioria dos setores, aumento do recurso à subcontratação do trabalho, com participação do trabalho a domicílio;
- Maior seletividade das empresas na contratação dos trabalhadores, em função da grande disponibilidade de mão-de-obra no mercado.

### **QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NAS ÁREAS METROPOLITANAS**

Diante do exposto na primeira parte deste texto, apresentaremos agora alguns elementos para reflexão da relação trabalho-escolarização em algumas áreas metropolitanas, apontando questões para pensar a qualificação dos trabalhadores no país. Isto num momento em que os setores que de fato vem passando por uma reestruturação produtiva são os setores internacionalizados e as mudanças qualitativas do mercado de trabalho apontam não para uma necessidade cada vez mais ampliada de qualificação do trabalhador, mas para a precarização do trabalho, o que está ligado à redução do mercado de trabalho formal, à diminuição dos direitos trabalhistas e à maior rotatividade no mercado de trabalho, conforme apresentamos anteriormente.

Qual é a relação entre instrução e mercado de trabalho nos setores secundários e terciários nas áreas metropolitanas? Este questionamento é por poucas vezes abordado na literatura , e quando o é se trata, em geral, de estudos muito abrangentes ou superficiais. Buscando tratar desta relação com maior aprofundamento temos desenvolvido nossas pesquisas. Buscaremos nas linhas a seguir apresentar parte das análises no contexto de algumas regiões metropolitanas do Brasil.

As regiões metropolitanas brasileiras são consideradas locus complexo da industrialização e da organização social (Ribeiro, 1994) . Se nos anos 60 expressavam a incorporação mais dinâmica da economia e do trabalho urbanos modernos, lugar de esperança dos recentes migrantes, nos anos 90, as metrópoles brasileiras tornam-se o lugar mais expressivo da chamada crise econômica, palco de multidões de desempregados, ao mesmo tempo em que muitas indústrias migram para cidades de porte médio. As áreas metropolitanas passam pela especialização do terciário moderno vivendo também a ampliação da economia informal.

Conforme podemos observar na tabela 1, em 1996, por exemplo, havia mais de 2 milhões de desempregados na maior aglomeração urbana do país (São Paulo) e quase cerca de 1 milhão na região metropolitana do Rio de Janeiro. Somando as nove regiões metropolitanas encontravam-se quase 5 milhões de pessoas demitidas do mercado formal de trabalho, fato realmente relevante num contexto de crise econômica e de grandes mudanças nas relações de trabalho no país.

<b>Tabela 1 - Trabalhadores desempregados nas regiões metropolitanas brasileiras- 1996</b>					
<b>METRÓPOLE</b>	<b>INDÚSTRIA</b>	<b>CONSTR. CIVIL</b>	<b>COMÉRCIO</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>TOTAL</b>
<b>BELEM</b>	11.915	9.162	18.979	33.649	73.705
<b>FORTALEZA</b>	42.828	41.247	35.816	56.913	176.804
<b>RECIFE</b>	37.478	31.669	38.425	75.764	183.336
<b>SALVADOR</b>	25.405	38.953	39.416	120.844	224.618
<b>B. HORIZONTE</b>	80.581	118.117	87.776	228.914	515.388
<b>RIO JANEIRO</b>	139.692	113.081	217.091	509.553	979.417
<b>SAO PAULO</b>	473.151	226.627	346.052	958.174	2.004.004
<b>CURITIBA</b>	60.668	42.788	59.346	171.141	333.943
<b>PORTO ALEGRE</b>	111.541	36.547	83.800	135.186	367.074
<b>TOTAL</b>	983.259	658.191	926.701	2.290.138	4.858.289

Fonte: MTB – Rais: estatísticas. Rio de Janeiro: DATAMEC, 1997.

As tabelas abaixo (de 2 a 6) demonstram o número de trabalhadores, por nível de instrução nos setores da economia urbana em cinco (5) regiões metropolitanas brasileiras. Buscamos apresentar estas tabelas com a intenção de, averiguando o quadro da profissionalização (nível de escolaridade) em diferentes setores, perceber se podemos (e se podemos, em que grau) caracterizar os últimos anos da década de 90 como período em que a economia urbana passa a exigir de forma diferencial um maior grau de qualificação do trabalhador. Devemos salientar, antecipadamente, que esta avaliação se dará num certo nível de generalização visto os limites deste texto.

<b>Tabela 2 - Número de trabalhadores por grau de instrução, segundo setores da economia urbana na região metropolitana de Curitiba – 1998</b>					
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>IND. TRANSF</b>	<b>COMERCIO</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>ADM PÚBLICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ANALFABETO</b>	64.997,77	31.054,35	248.413,01	17.658,02	375.421,95
<b>4.SÉRIE INCOMPLETA</b>	336.354,95	93.553,01	496.100,56	59.779,74	1.024.531,47
<b>4.SÉRIE COMPLETA</b>	780.545,02	286.297,56	928.765,90	171.262,82	2.222.155,83
<b>8.SÉRIE INCOMPLETA</b>	987.301,70	434.454,58	913.083,18	127.091,65	2.536.869,65
<b>8.SÉRIE COMPLETA</b>	1.216.692,32	568.932,96	1.141.388,49	963.182,85	3.961.291,41
<b>2.GRAU INCOMPLETO</b>	603.431,88	368.482,43	892.173,13	110.230,70	2.023.240,08
<b>2.GRAU COMPLETO</b>	1.352.239,54	700.218,24	2.714.921,56	1.951.760,72	6.880.924,15
<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	635.836,01	228.414,21	1.456.153,62	207.259,27	2.571.618,77
<b>SUPERIOR COMPLETO</b>	1.916.561,14	572.483,07	4.959.150,09	3.833.040,64	11.523.200,01
<b>IGNORADO</b>	2.768,29	3.325,81	7.434,93	182,50	13.724,42
<b>TOTAL</b>	<b>7.896.728,62</b>	<b>3.287.216,22</b>	<b>13.757.584,47</b>	<b>7.441.448,91</b>	<b>33.132.977,74</b>

Fonte: MTB – Rais: Estatísticas (...). Rio de Janeiro: DATAMEC, 2000.

Analisando, o quadro total das tabelas, é notável que a maior parte dos trabalhadores integrados no mercado de trabalho da economia urbana possuem nível superior (completo ou incompleto) ou segundo grau, fato que está relacionado a dois processos: à intensa massa de trabalhadores que assumem a escolaridade como elemento importante no aumento de rendimento e de melhores possibilidades de escolha de trabalho e, ao mesmo tempo, à preferência ou exigência das empresas urbanas de profissionais com níveis de escolaridade entre médio e superior, exigência esta possibilitada pela disponibilidade de uma massa mais qualificada.

<b>TABELA 3 - NÚMERO DE TRABALHADORES POR GRAU DE INSTRUÇÃO, SEGUNDO setores da economia urbana na região metropolitana de Rio de Janeiro-1998</b>					
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>IND. TRANSF</b>	<b>COMÉRCIO</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>ADM PÚBLICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ANALFABETO</b>	14.641,40	11.431,04	61.587,24	34.965,86	125.414,21
<b>4.SÉRIE INCOMPLETA</b>	32.024,06	30.898,05	202.668,18	287.069,98	599.900,31
<b>4.SÉRIE COMPLETA</b>	116.703,78	125.484,11	483.383,51	118.532,30	868.714,95
<b>8.SÉRIE INCOMPLETA</b>	126.706,88	121.976,46	306.367,73	25.429,43	635.794,46
<b>8.SÉRIE COMPLETA</b>	230.746,56	270.816,11	696.606,83	354.038,59	1.595.842,08
<b>2.GRAU INCOMPLETO</b>	81.817,79	117.654,31	297.614,93	120.786,29	651.394,84
<b>2.GRAU COMPLETO</b>	321.866,66	363.459,26	1.455.522,48	793.709,86	2.987.429,92
<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	105.582,45	79.943,94	523.005,19	115.906,87	853.761,66
<b>SUPERIOR COMPLETO</b>	458.462,28	258.626,61	2.323.044,87	1.872.422,15	5.030.342,67
<b>IGNORADO</b>	1.297,24	2.009,61	6.398,66	4,86	9.712,58
<b>TOTAL</b>	<b>1.489.849,10</b>	<b>1.382.299,50</b>	<b>6.356.199,62</b>	<b>3.722.866,19</b>	<b>13.358.307,68</b>

Fonte: MTB – Rais: Estatísticas (...). Rio de Janeiro: DATAMEC, 2000.

<b>Tabela 4 - Número de trabalhadores por grau de instrução, segundo setores da economia urbana na região metropolitana de Salvador - 1998</b>					
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>IND. TRANSF</b>	<b>COMÉRCIO</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>ADM PÚBLICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ANALFABETO</b>	3.262,01	2.705,60	12.596,47	25.419,78	44.865,81
<b>4.SÉRIE INCOMPLETA</b>	6.937,65	9.693,68	35.288,13	13.744,84	77.977,38
<b>4.SÉRIE COMPLETA</b>	12.124,21	11.120,48	63.453,06	30.368,13	124.661,08
<b>8.SÉRIE INCOMPLETA</b>	18.196,30	20.461,64	67.463,34	38.406,79	153.167,04
<b>8.SÉRIE COMPLETA</b>	27.493,12	32.185,01	119.333,59	79.003,93	265.881,27
<b>2.GRAU INCOMPLETO</b>	16.507,19	25.233,34	62.282,93	35.005,00	143.381,91
<b>2.GRAU COMPLETO</b>	113.774,61	120.171,80	462.807,74	451.627,30	1.173.987,25
<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	13.084,53	11.475,27	94.764,71	29.378,42	151.029,76
<b>SUPERIOR COMPLETO</b>	60.217,07	23.483,67	418.026,12	562.640,04	1.098.575,94
<b>IGNORADO</b>	144,14	557,71	1.235,92	113,03	2.051,80
<b>TOTAL</b>	<b>271.740,83</b>	<b>257.088,20</b>	<b>1.337.252,01</b>	<b>1.265.707,26</b>	<b>3.235.579,24</b>

Fonte: MTB – Rais: Estatísticas (...). Rio de Janeiro: DATAMEC, 2000.

Quando saímos da análise mais geral da economia urbana e buscamos compreender em que setores é maior o nível de qualificação, é notável em todas regiões metropolitanas em análise que os serviços - setor de maior número de empregados- possui grande número de trabalhadores com baixo nível de escolarização, sendo que as regiões metropolitanas de Curitiba e Rio de Janeiro são as que se destacam com um quadro de nível de escolarização um pouco mais elevado.

<b>Tabela 5 - Número de trabalhadores por grau de instrução, segundo setores da economia urbana na Região Metropolitana de Belo Horizonte – 1998</b>					
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>IND. TRANSF</b>	<b>COMÉRCIO</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>ADM PÚBLICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ANALFABETO</b>	9.522,18	5.699,85	24.436,21	8.474,16	48.971,82
<b>4.SÉRIE INCOMPLETA</b>	19.758,60	9.460,75	47.187,11	39.642,47	124.390,21
<b>4.SÉRIE COMPLETA</b>	70.774,31	38.456,21	189.311,25	76.304,89	384.834,15
<b>8.SÉRIE INCOMPLETA</b>	121.288,33	74.329,83	194.621,19	111.060,83	507.921,95
<b>8.SÉRIE COMPLETA</b>	124.372,58	94.359,92	215.765,50	315.344,19	768.795,52
<b>2.GRAU INCOMPLETO</b>	63.075,34	53.020,67	107.539,81	23.587,33	266.782,71
<b>2.GRAU COMPLETO</b>	172.814,42	129.462,14	505.117,66	529.038,37	1.417.796,01
<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	35.155,31	16.452,75	141.725,82	99.766,33	306.560,38
<b>SUPERIOR COMPLETO</b>	147.649,10	51.071,85	796.327,35	1.321.787,32	2.442.933,54
<b>IGNORADO</b>	200,13	440,18	840,27	2,08	1.482,66
<b>TOTAL</b>	<b>764.610,30</b>	<b>472.754,15</b>	<b>2.222.872,17</b>	<b>2.525.007,97</b>	<b>6.270.468,95</b>

Fonte: MTB – Rais: Estatísticas (...). Rio de Janeiro: DATAMEC, 2000.

<b>Tabela 6 - Número de trabalhadores por grau de instrução, segundo setores da economia urbana na Região Metropolitana de São Paulo – 1998</b>					
<b>GRAU DE INSTRUÇÃO</b>	<b>IND TRANSF</b>	<b>COMÉRCIO</b>	<b>SERVIÇOS</b>	<b>ADM PÚBLICA</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ANALFABETO</b>	771,76	736,67	3.607,65	5.873,90	11.043,96
<b>4.SÉRIE INCOMPLETA</b>	4.878,95	2.857,33	10.880,63	9.911,37	28.944,51
<b>4.SÉRIE COMPLETA</b>	6.772,20	3.428,89	18.140,82	35.786,09	64.708,53
<b>8.SÉRIE INCOMPLETA</b>	11.398,57	9.238,73	28.436,47	4.378,60	55.532,97
<b>8.SÉRIE COMPLETA</b>	12.873,37	19.397,83	47.331,73	68.968,06	150.570,87
<b>2.GRAU INCOMPLETO</b>	6.750,53	13.626,64	22.919,74	13.147,53	57.818,92
<b>2.GRAU COMPLETO</b>	17.078,25	46.448,35	115.689,00	195.465,67	381.677,68
<b>SUPERIOR INCOMPLETO</b>	3.163,03	4.011,71	30.815,56	17.977,98	57.084,05
<b>SUPERIOR COMPLETO</b>	10.366,28	7.658,28	142.301,86	384.773,39	558.088,20
<b>IGNORADO</b>	227,64	494,21	781,01	152,23	1.658,40
<b>TOTAL</b>	<b>74.280,58</b>	<b>107.898,64</b>	<b>420.904,47</b>	<b>736.434,82</b>	<b>1.367.128,09</b>

Fonte: MTB – Rais: Estatísticas (...). Rio de Janeiro: DATAMEC, 2000.

Na indústria de transformação é notável o predomínio de níveis de escolarização média e baixa, o que segundo nossas constatações até o momento está relacionado à modernização e a redução de mercado de trabalho nas atividades mais especializadas e de alto escalão, enquanto que determinados setores da produção e estocagem necessitam de maior número de força de trabalho com baixa escolarização.

A administração pública se destaca como um dos setores com maiores níveis de escolarização, o que está diretamente ligado a três fatores. Primeiramente ao aumento da necessidade de instituições que requerem um quadro de funcionários mais qualificados e especializados, principalmente nas áreas de regulamentação e fiscalização, as quais passam a receber atenção e recursos especiais no contexto de uma política neoliberal onde estas atividades passam a ser as principais. Em segundo à implementação

de uma política de contratação de funcionários, por parte dos vários níveis de governo, sobretudo o federal, com um perfil que inclui alto nível de escolaridade. E finalmente à uma tendência geral, no setor público, de terceirização das atividades não principais de cada órgão (limpeza, transporte, segurança), atividades estas predominantemente ocupadas por trabalhadores de baixa escolarização.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Quando analisamos os setores de serviços, administração pública e comércio frente ao número de trabalhadores do setor industrial é notável a dimensão do trabalho imaterial (nas palavras de Santos, 1993). A imaterialidade do trabalho, isto é, o uso cada vez maior do esforço intelectual frente ao esforço, simplesmente, manual, no contexto da economia urbana requer cada vez mais a escolarização: alfabetização, especialização e profissionalização; na medida em que o fazer-trabalho inscrito no quadro da modernização urbano-metropolitana requer habilidades cada vez mais complexas dado a ampliação da divisão social do trabalho.

No entanto, a realidade urbano-metropolitana do nosso país, que ainda é o palco das inovações tecnológicas, econômicas e culturais está longe de seguir o modelo dos países centrais quanto ao chamado pós-fordismo. Talvez o caminho verdadeiro para o entendimento da economia urbana e para a relação entre trabalho-educação nos contextos metropolitanos esteja na análise mais aprofundada da natureza da urbanização nos países periféricos da economia capitalista.

Este entendimento impedirá de cairmos nas armadilhas do desiderato alienado da modernidade e da mão única do desenvolvimento, e permitirá a busca por possibilidades que somente serão compreendidas na sua totalidade se de fato entendermos a dinâmica da economia urbana e sua relação com a vida metropolitana no Brasil. Elementos que estamos buscando em nossas reflexões.

## **BIBLIOGRAFIA**

- FIORI, J. L. Globalização, Estado Nacionais e políticas públicas, In: Ciência Hoje, dez 1993, v. 16, no. 96.
- LIPIETZ, A. , LEBORNE, D. O Pós-fordismo e seu espaço, In Revista Espaço e Debates, no.25, São Paulo:Cebrap1988.
- POCHMANN, Márcio . Reconversão econômica e as tendências recentes das ocupações profissionais no Brasil, Campinas: UNICAMP, 1998.
- RAMALHO, JOSÉ RICARDO . Reestruturação produtiva, precarização do trabalho e os impasses da organização coletiva no Brasil, Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- RIBEIRO, A. C. Metrópole e fragmentação: novos rumos na análise da modernização. In SANTOS, M. et al. (orgs) – Território: globalização e fragmentação. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SANTOS, M. Urbanização brasileira, São Paulo, Hucitec, 1993.